



Simulado Especial

Polícia Militar do Pará

Soldado
Pós-Edital

Simulado

Simulado Polícia Militar do Pará - Soldado

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso Polícia Militar- Soldado;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PM-PA-Soldado-07-10>

- | | | |
|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) (E) | 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 41 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) (E) | 21 – (A) (B) (C) (D) (E) | 42 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) (E) | 22 – (A) (B) (C) (D) (E) | 43 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) (E) | 23 – (A) (B) (C) (D) (E) | 44 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) (E) | 24 – (A) (B) (C) (D) (E) | 45 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) (E) | 25 – (A) (B) (C) (D) (E) | 46 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) (E) | 26 – (A) (B) (C) (D) (E) | 47 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) (E) | 27 – (A) (B) (C) (D) (E) | 48 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) (E) | 28 – (A) (B) (C) (D) (E) | 49 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) (E) | 29 – (A) (B) (C) (D) (E) | 50 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) (E) | 30 – (A) (B) (C) (D) (E) | 51 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 12 – (A) (B) (C) (D) (E) | 31 – (A) (B) (C) (D) (E) | 52 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 13 – (A) (B) (C) (D) (E) | 32 – (A) (B) (C) (D) (E) | 53 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 14 – (A) (B) (C) (D) (E) | 33 – (A) (B) (C) (D) (E) | 54 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 15 – (A) (B) (C) (D) (E) | 34 – (A) (B) (C) (D) (E) | 55 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 16 – (A) (B) (C) (D) (E) | 35 – (A) (B) (C) (D) (E) | 56 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 17 – (A) (B) (C) (D) (E) | 36 – (A) (B) (C) (D) (E) | 57 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 18 – (A) (B) (C) (D) (E) | 37 – (A) (B) (C) (D) (E) | 58 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 19 – (A) (B) (C) (D) (E) | 38 – (A) (B) (C) (D) (E) | 59 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| 20 – (A) (B) (C) (D) (E) | 39 – (A) (B) (C) (D) (E) | 60 – (A) (B) (C) (D) (E) |
| | 40 – (A) (B) (C) (D) (E) | |

LÍNGUA PORTUGUESA*Janaina Arruda*

Anísio Spínola Teixeira nasceu no dia 12 de julho de 1900, em Caetité – BA, onde passou os primeiros anos de vida sob os cuidados da mãe, Anna Spínola Teixeira.

O pai, Deocleciano Pires Teixeira, sonhava que o filho fosse político e o mandou estudar no Rio de Janeiro. Anísio diplomou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922.

Como educador, Teixeira viajou para a Europa e os Estados Unidos da América para observar os sistemas escolares. No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.

Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira escola-parque, que procurava oferecer à criança uma escola integral, que cuidasse da alimentação, da higiene, da socialização, além do preparo para o trabalho. Nas escolas-parques, os alunos ainda tinham contato com as artes plásticas. Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome, como Caribé e Mário Cravo.

Sempre brigou pela democracia na educação. Publicou vários livros defendendo a educação e a cultura para todos. Foi um dos fundadores da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Universidade de Brasília (UnB), da qual foi reitor em 1963.

Candidatou-se à Academia Brasileira de Letras, em 1971, mas faleceu antes da eleição, ao cair no poço do elevador de seu prédio, em 11 de março de 1971, quando saía para visitar Aurélio Buarque de Holanda.

Internet: (com adaptações)

01. De acordo com o texto:

- a) No século XVIII, Anísio instituiu a primeira escola-parque na Bahia.
- b) Como seus predecessores, Anísio tratou da educação com base filosófica.
- c) Anísio era defensor da educação e da cultura e lutou pela democratização da educação.
- d) Anísio faleceu no mesmo ano em que entrou para a academia brasileira de letras.
- e) Anísio defendeu seu viés político na Europa e nos Estados Unidos.

02. Conforme o texto, Anísio Spínola Teixeira foi

- a) político
- b) defensor público
- c) filósofo
- d) educador
- e) diplomata

03. Como defensor da educação, Anísio Spínola Teixeira deseja garantir a democracia por meio

- a) da educação com base filosófica e educação básica
- b) de profissionais de renome como Caribé e Mário Cravo
- c) de sua candidatura à Academia Brasileira de Letras
- d) da publicação de livros filosóficos e sociais
- e) do conceito da escola única, pública e gratuita

04. Cada uma das opções a seguir apresenta uma proposta de reescrita que altera o seguinte trecho do texto: “No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como forma de garantir a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.”. Assinale a opção em que a proposta apresentada mantém a correção e os sentidos originais do texto.

- a) No Brasil, defendeu-se o conceito de escola única, pública e gratuita como garantidora da democracia e foi-se o primeiro a tratar a educação com base filosófica
- b) Defendeu, no Brasil, o conceito de escola única, pública e gratuita como modo de afiançar a democracia e foi o primeiro a tratar a educação com base filosófica.
- c) No Brasil, defendeu, o conceito de escola única, pública, gratuita como forma de assegurar a democracia e foi o único a tratar a educação com base filosófica
- d) Defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como mecanismo fomentador da democracia e foi o primeiro a nomear à educação com base filosófica.
- e) No Brasil, defendeu o conceito de escola única, pública e gratuita como maneira de garantir a democracia e foi o único a tratar a educação com base filosófica

05. O trecho “ao cair no poço do elevador de seu prédio, em 11 de março de 1971” expressa uma relação de

- a) comparação
- b) oposição
- c) causa
- d) modo
- e) tempo

06. O vocábulo “eleição” tem como correspondente de significado o termo

- a) sufrágio
- b) destituição
- c) desaplicação
- d) exautoração
- e) abnegação

07. No trecho “Anísio diplomou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1922”, a palavra SE pode ser classificada como

- a) parte integrante do verbo
- b) partícula apassivadora
- c) índice de indeterminação
- d) partícula expletiva
- e) pronome reflexivo

08. No trecho: Instituiu na Bahia, em 1950, a primeira escola-parque, que procurava oferecer à criança uma escola integral, que cuidasse da alimentação, da higiene, da socialização, além do preparo para o trabalho” a palavra que retoma, nas duas ocorrências, o termo:

- a) escola
- b) criança
- c) escola integral
- d) escola-parque
- e) Bahia

09. A vírgula presente em “Naquela época, essas aulas eram orientadas por profissionais de renome, como Caribé e Mário Cravo” tem como função

- a) isolar um vocativo
- b) separar um aposto
- c) separar uma exemplificação
- d) isolar um adjunto de companhia
- e) isolar uma comparação

10. No trecho “Como educador, Teixeira viajou para a Europa e os Estados Unidos da América para observar os sistemas escolares” o verbo em destaque pode ser substituído, mantendo o sentido do texto por

- a) viajava
- b) viajara
- c) viajaria
- d) viajará
- e) viaja

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Considere a seguinte proposição P: “Se o dólar cai, então o Brasil não vai mal se, e somente se, ou o euro sobe ou o Brasil vai mal e a Argentina vai bem.”

O número de linhas da tabela-verdade da proposição lógica precedente é igual a:

- a) 8
- b) 16
- c) 4
- d) 32
- e) 2

12. Sendo P e Q proposições lógicas simples, é correto afirmar que a proposição composta $(\sim P \wedge \sim Q) \leftrightarrow (P \vee Q)$ é uma:

- a) contradição
- b) contingência
- c) falácia
- d) analogia
- e) tautologia

13. Suponha que P represente a proposição “O Brasil tem chance de dar certo” e que Q represente a proposição “Vou me mudar para Portugal”. Assinale a alternativa que apresenta uma representação correta para a proposição “Se o Brasil não tiver chance de dar certo, vou me mudar para Portugal”.

- a) $\sim(P \rightarrow Q)$
- b) $\sim(P \rightarrow \sim Q)$
- c) $P \wedge \sim Q$
- d) $P \vee Q$
- e) $P \vee \sim Q$

14. Joaquim vendeu todas suas cotas do fundo imobiliário X. Do valor recebido, utilizou 20% para pagar dívidas e, do que sobrou, utilizou 70% para comprar um apartamento. Depois dessas operações, Joaquim ficou ainda com R\$480.000,00, valor este investido em títulos públicos.

Joaquim vendeu suas cotas do fundo imobiliário X por:

- a) R\$ 1.000.000,00
- b) R\$ 1.250.000,00
- c) R\$ 1.500.000,00
- d) R\$ 1.750.000,00
- e) R\$ 2.000.000,00

15. Em um evento organizado por uma empresa, há 5.000 participantes que, em algum momento, trabalharam em filiais sediadas nos estados do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina. Sabe-se que, desses 5.000, pelo menos 4.000 trabalharam no Rio Grande do Sul e, além disso, pelo menos 3.000 trabalharam em Santa Catarina.

O número de participantes que trabalharam em filiais sediadas nos dois estados, é, no

- a) máximo, igual a 4.000
- b) máximo, igual a 3.000
- c) máximo, igual a 1.000
- d) mínimo, igual a 2.000
- e) mínimo, igual a 1.000

INFORMÁTICA BÁSICA

Emannuelle Gouveia

16. Com o aumento do uso de recursos de memórias foi criada uma técnica que permite que o Sistema Operacional gere um arquivo no HD, chamado de Swap File, o que permite a simulação de um aumento da memória principal. O nome desse recurso é:

- a) memória cache
- b) memória rom
- c) memória virtual
- d) memória principal
- e) memória soft

17. No Windows existe uma nova funcionalidade chamada Cortana. A sua tarefa é:

- a) Atualizar a data e a hora do sistema.
- b) Manter o Sistema Operacional atualizado.
- c) Ativar os recursos de defesa de rede quando necessário.
- d) É a assistente virtual do Windows e utiliza tecnologia de Inteligência Artificial Cognitiva.
- e) Controla as notificações

18. O ataque também conhecido como “envenenamento de cache DNS” é o:

- a) Ransomware
- b) Adware.
- c) Phishing
- d) spyware.
- e) Pharming.

19. O recurso no Writer que permite colocar observações acerca de partes ou elementos do texto e que não é impresso por padrão é o:

- a) Controle de Alterações.
- b) Anotações.
- c) Sumário
- d) Estilo.
- e) Macros.

20. Para habilitar a verificação ortográfica no Calc, devemos utilizar que tecla de atalho:

- a) F2
- b) F3
- c) F7
- d) F5.
- e) F8

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. Logo após a decretação do isolamento social por conta da pandemia, na cidade de Gama começaram a ocorrer assaltos noturnos. Os meliantes invadiam a casa e se encontrassem os moradores acordados, eles eram amarrados e colocados em um cômodo da casa, enquanto o grupo levava todas as coisas de valor. Revoltados com a situação, os moradores decidiram criar uma associação. Alguns requisitos foram estabelecidos para o ingresso, dentre estes, que o associado tivesse registro de porte de arma, a qual seria utilizada diariamente nas atividades internas e externas dos associados, e que o associado utilizasse o uniforme da associação.

Analizando a situação à luz do ordenamento jurídico, a Associação Gama:

- a) só poderia funcionar mediante prévia autorização do Poder Público;
- b) não poderia funcionar, em razão do seu nítido caráter paramilitar;
- c) poderia funcionar independentemente de prévia autorização, pois é assegurada a liberdade de associação;
- d) só poderia funcionar mediante lei, previamente editada, disciplinando o funcionamento de associações com essas características;
- e) não poderia funcionar, pois a ordem constitucional atualmente não reconhece o direito de associação.

22. Em relação à aplicabilidade das normas constitucionais, analise os dispositivos abaixo:

I – “Art. 5º, XXV da CF/1988: no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;”

II – “Art. 5º (...) LXIX – conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;”

III – “Art. 14 (...) § 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.”

A partir da análise desses dispositivos, pode-se afirmar que, conforme a classificação das normas constitucionais quanto à eficácia, elaborada por José Afonso da Silva, essas normas constitucionais classificam-se, respectivamente, como:

- a) norma constitucional de eficácia plena, norma constitucional de eficácia contida e norma constitucional de eficácia limitada.
- b) norma constitucional de eficácia limitada, norma constitucional de eficácia plena e norma constitucional de eficácia contida.
- c) norma constitucional de eficácia contida, norma constitucional de eficácia plena e norma constitucional de eficácia limitada.
- d) norma constitucional de eficácia plena, norma constitucional de eficácia plena e norma de eficácia contida.
- e) norma constitucional de eficácia contida, norma constitucional de eficácia plena e norma constitucional de eficácia contida.

23. Diana e seu marido Charles são ingleses e estavam a serviço do governo francês no Brasil. Diana estava grávida e durante a sua estadia no país entrou em trabalho de parto, nascendo o seu filho Willian em território brasileiro. Willian não foi registrado em repartição pública brasileira. Levando em consideração a situação hipotética, assinale a assertiva correta

- a) Willian não será considerado brasileiro nato, pois seus pais são estrangeiros e estavam a serviço do governo francês, não possuindo vínculo com o Brasil, não se enquadrando nas hipóteses legais de nacionalidade.
- b) Willian poderá solicitar a nacionalidade brasileira caso venha residir no Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade.
- c) Caso Willian resida por 15 anos ininterruptos no Brasil e não tive condenação criminal, poderá requerer a nacionalidade brasileira.
- d) Willian não poderá requerer a nacionalidade brasileira, tendo em vista que não foi registrado em repartição pública brasileira.
- e) Willian será considerado brasileiro nato, diante do fato de ter nascido em território brasileiro, mesmo que seus pais sejam estrangeiros, uma vez que estes não estavam a serviço de seu país.

24. A respeito dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, assinale a alternativa incorreta.

- a) Como regra, não é cabível habeas corpus em relação a punições disciplinares militares.
- b) Em razão da atividade militar, não se aplica aos policiais militares e aos bombeiros militares a acumulação de cargos prevista no art. 37, inciso XVI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- c) O militar é proibido de exercer o direito de greve.
- d) Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.
- e) Aos pensionistas dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios aplica-se o que for fixado em lei específica do respectivo ente estatal.

25. No Estado Gama, entrou em vigor lei estadual que impõe a prestação de serviço de segurança em estacionamento a toda pessoa física ou jurídica que disponibilize local para estacionamento. Nessa situação hipotética, considerando-se que o tema objeto da lei concerne ao direito civil, é correto afirmar que

- a) caberia à União legislar sobre o tema, visto que a competência é exclusiva desse ente federativo.
- b) pode o Estado Gama legislar sobre o tema, visto que a competência é concorrente com os demais entes da Federação.
- c) pode o Estado Gama legislar sobre o tema, visto que a competência é privativa dos estados.
- d) pode o Estado Gama legislar sobre o tema, visto que a competência é exclusiva dos estados.
- e) caberia à União legislar sobre o tema, visto que a competência é privativa desse ente federativo.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Thállius Moraes*

26. Acerca da matéria de organização administrativa brasileira, a descentralização administrativa

- a) consiste na distribuição de competências e responsabilidades dentro de uma mesma pessoa jurídica, caso em que inexistente hierarquia ou subordinação.
- b) é pautada por uma relação de subordinação.
- c) pode ocorrer por meio da transferência de competências para pessoas da Administração indireta, situação sujeita ao princípio da reserva legal.
- d) sempre será realizada mediante lei ou contrato administrativo.
- e) por delegação transfere a execução e titularidade de um determinado serviço público.

27. Levando em consideração as regras constitucionais aplicáveis à acumulação remunerada de cargos públicos, considere os seguintes itens.

- I – É admitida como regra geral, desde que exista compatibilidade de horários.
- II - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, abrangendo, também, as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- III – Em caso de acumulação lícita, o teto remuneratório será calculado sobre cada cargo isoladamente.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas II.
- d) Apenas III.
- e) Nenhuma das assertivas.

28. Acerca da invalidação de um ato administrativo vinculado, praticado por um agente público de um órgão do Poder Executivo, é correto afirmar que, em regra, o ato pode ser

- a) revogado, por questão de conveniência e oportunidade, pelo Poder Judiciário, ou anulado, por vício de legalidade, pelo Poder Executivo.
- b) invalidado e revogado por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.
- c) revogado e anulado por questão de mérito e legalidade, respectivamente, pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.
- d) invalidado e revogado, por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, somente pelo próprio Poder Executivo.
- e) invalidado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e ou mesmo pelo Poder Judiciário.

29. A Administração Pública, ao fazer uso de sua supremacia na relação com os administrados, para impor-lhes uma obrigação independentemente da concordância destes, age embasada no atributo da

- a) imperatividade.
- b) autoexecutoriedade.
- c) autotutela.
- d) presunção de legitimidade.
- e) tipicidade.

30. Quando a lei concede à Administração Pública o poder para a prática de determinado ato de sua competência, instituindo os requisitos e elementos que, uma vez preenchidos, criam a obrigatoriedade da prática do ato, nos exatos moldes da lei, representa uma manifestação do poder

- a) hierárquico.
- b) regulamentar.
- c) de polícia.
- d) vinculado.
- e) discricionário.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

31. A respeito da aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado, sendo adotada, portanto, a teoria do resultado.
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) O dia do começo não se inclui no cômputo do prazo, e os dias, meses e anos devem ser contados pelo calendário comum.
- d) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.
- e) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis.

32. Em relação ao concurso de pessoas, considere os próximos itens.

- I – O ajuste prévio é um dos elementos do concurso de pessoas.
 - II – Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, inclusive quando elementares do crime.
 - III – Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um terço a metade.
- Está correto apenas o disposto em:
- a) I, II e III.
 - b) II.
 - c) III.
 - d) II e III.
 - e) Nenhuma das alternativas.

33. João omitiu em documento público declaração que dele devia constar, com o intuito de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Na referida situação hipotética, João cometeu o crime de:

- a) Falsificação de documento público.
- b) Falsa identidade.
- c) Falsidade ideológica.
- d) Falsificação de sinal público.
- e) Falsificação de papéis públicos.

34. A conduta de solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz corresponde ao delito de:

- a) Exploração de prestígio.
- b) Exercício arbitrário das próprias razões.
- c) Fraude processual.
- d) Favorecimento real.
- e) Tráfico de influência.

35. João, prefeito do Município X, por meio de suas redes sociais, divulgou que Bento, que havia falecido há dois meses e também era seu antigo rival, praticou o crime de estelionato, enganando as vítimas com bilhetes que seriam premiados, mesmo sabendo que Bento não havia enganado ninguém, tratando-se de uma imputação falsa. A conduta de João configura o crime de:

- a) Calúnia.
- b) Injúria.
- c) Exercício arbitrário das próprias razões.
- d) Conduta atípica.
- e) Difamação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

36. Assinale a alternativa correta no que tange ao inquérito policial:

- a) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação o inquérito poderá ser iniciado de ofício pela autoridade policial, o que não é possível no caso de crimes de ação penal privada.
- b) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após a liberação pelos peritos criminais.
- c) Em se tratando de crime de competência da justiça comum estadual, em regra o inquérito deverá se encerrar em até 20 dias, a partir do dia da efetivação da ordem de prisão, caso esteja preso o indiciado.
- d) O arquivamento do inquérito policial, fundamentado na atipicidade do fato, não faz coisa julgada material.
- e) O inquérito policial não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra.

37. Acerca da prisão em flagrante, assinale a alternativa correta:

- a) deverá o delegado comunicar imediatamente a prisão e o local em que o preso se encontra ao Juiz competente, apenas.
- b) o delegado deverá remeter cópia do auto de prisão em flagrante ao Juiz competente, em até 48h, para que seja designada audiência de custódia.
- c) em 24h o delegado deverá remeter o auto de prisão em flagrante ao Juiz competente e, ainda que o preso possua advogado, cópia para a defensoria pública.
- d) Qualquer do povo, bem como as autoridades policiais e seus agentes, deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- e) Da lavratura do auto de prisão em flagrante deverá constar a informação sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.

38. Acerca da cadeia de custódia e do exame de corpo de delito, assinale a alternativa correta:

- a) O processamento é etapa da cadeia de custódia que configura o exame pericial em si, a manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características biológicas, físicas e químicas, a fim de se obter o resultado desejado, que deverá ser formalizado em laudo produzido por perito.
- b) O reconhecimento e a coleta são as duas primeiras etapas da cadeia de custódia.
- c) A coleta dos vestígios deverá ser realizada preferencialmente pelo agente policial que identificar o vestígio.
- d) Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva qualquer tipo de violência contra mulher.
- e) Na falta de perito oficial, o exame será realizado por duas pessoas idôneas, preferencialmente portadoras de diploma de curso superior.

39. Acerca do tema de provas, analise as assertivas a seguir, com base no CPP e na Jurisprudência do STJ, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É lícita a prova colhida mediante acesso aos dados armazenados no aparelho celular, relativos a mensagens de texto, SMS, conversas por meio de aplicativos (WhatsApp), e obtida diretamente pela polícia, sem prévia autorização judicial.
- b) A falta de comunicação ao acusado sobre o direito de permanecer em silêncio é causa de nulidade relativa.
- c) O exame de corpo de delito é indispensável nos crimes que deixam vestígios, salvo se houver confissão do acusado.
- d) A acareação pode ser realizada entre testemunhas e acusados, mas não entre estes e os ofendidos.
- e) Se várias forem as pessoas chamadas a efetuar o reconhecimento de pessoa ou de objeto, farão o reconhecimento conjuntamente.

40. No que tange à prisão em flagrante, é correto afirmar que:

- a) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será desde logo liberado.
- b) se a prisão em flagrante for ilegal, caberá ao Juiz conceder liberdade provisória ao preso, com arbitramento de fiança.
- c) nos crimes permanentes o estado de flagrância se prolonga no tempo, o que, por si só, não é suficiente para justificar busca domiciliar desprovida de mandado judicial, caso não haja indícios mínimos de que, naquele momento, dentro da residência, está-se ante uma situação de flagrante delito.
- d) A falta de testemunhas da infração impedirá a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- e) Quem é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração é considerado em situação de flagrante presumido.

DIREITO PENAL MILITAR*Antônio Pequeno*

41. O soldado Castro, militar da Polícia Militar do Estado do Pará, pratica um delito durante a vigência de uma lei temporária. A referida lei determina que a pena do delito será agravada se o crime tiver sido praticado por militar. Ocorre que, na época de seu julgamento, a mencionada lei já não estava em vigor. Sobre a situação descrita, com base no disposto no Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

- a) Durante o julgamento, deve ser observada a lei mais benéfica para o réu.
- b) Durante o julgamento, deve ser aplicada a lei vigente.
- c) A lei temporária só será aplicada se for mais benéfica ao réu.
- d) A lei temporária, após o período de vigência, será aplicada ao fato ocorrido durante sua vigência, ainda que mais gravosa.
- e) A lei temporária não pode mais ser aplicada, uma vez decorrido seu período de vigência.

42. Sobre as penas previstas no Código Penal Militar, assinale a afirmativa correta.

- a) A pena de impedimento, aplicável à maioria dos crimes propriamente militares, sujeita o condenado a permanecer no quartel, sem prejuízo da instrução militar.
- b) Apesar de prevista no Código Penal Militar, a pena de morte não pode ser aplicada por vedação constitucional.
- c) São circunstâncias que sempre agravam a pena, quando não integrantes ou qualificativas do crime, ter o agente cometido o crime militar enquanto estava de serviço ou contra grávida, criança, velho ou enfermo, conforme previsão expressa no Código Penal Militar.
- d) A pena de inabilitação para o exercício de função pública pode ser aplicada pelo prazo de 2 a 20 anos, em virtude de crime militar praticado com abuso de poder ou violação do dever militar, mas está condicionada a estar expressamente imposta na sentença.
- e) A suspensão dos direitos políticos, prevista como pena acessória no Código Penal Militar, perdura enquanto o condenado estiver inabilitado para o exercício de função pública e, como consequência, o condenado pode votar mas não pode ser votado.

43. A, militar da ativa, agindo com animus necandi (dolo de matar), efetuou disparos de arma de fogo contra seu desafeto B, esgotando a capacidade de carga da arma utilizada na empreitada. Logo após a execução dos disparos, A reconheceu a inconsequência de sua conduta e verificou que B, mesmo atingido, não havia morrido. Ato contínuo o próprio agente A encaminhou a vítima até o hospital, logrando evitar a produção do resultado de morte.” Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) Não se punirá a tentativa do crime-fim em razão da ineficácia absoluta do meio utilizado por A.
- b) Não há que se falar em tentativa de homicídio. Em homenagem ao instituto do arrependimento eficaz, A responderá tão somente pelos atos praticados.
- c) A responderá por tentativa de homicídio; porquanto, deu início a atos de execução e não alcançou o resultado pretendido por circunstâncias alheias à sua vontade.
- d) A tentativa de homicídio estará afastada pelo reconhecimento da desistência voluntária. Mesmo tendo ingressado na fase executória do delito, A responderá apenas pelos atos praticados.
- e) A tentativa de homicídio estará afastada pelo reconhecimento do arrependimento posterior.

44. Com relação aos crimes militares previstos no Código Penal Militar, é correto afirmar que o crime de

- a) embriaguez, em serviço, é tipificado apenas na hipótese de o militar se apresentar embriagado para o início do serviço, sendo apenado com reclusão.
- b) desacato a superior é apenado com reclusão e possui forma de agravação de pena na hipótese de o superior desacatado ser o comandante da unidade a que pertence o autor do crime.
- c) dormir em serviço possui modalidade culposa e poderá ser tipificado no momento em que o militar, estando na função de sentinela, abandona seu posto.
- d) desacato a militar possui forma de agravação de pena na hipótese da vítima se tratar de comandante da unidade
- e) o crime de motim é monossubjetivo.

45. Rodolfo, Sargento da Polícia Militar do Estado Alfa, estando de folga e à paisana, estacionou seu veículo em frente a uma farmácia, numa zona reconhecidamente perigosa, a fim de comprar alguns medicamentos. Contudo, deixou a arma de fogo pertencente à carga da Polícia Militar embaixo do banco do carro e nem mesmo trancou a porta do veículo ao sair. Passados 20 minutos, no interior do estabelecimento, o militar retornou ao veículo e seguiu normalmente até sua residência. Ao procurar a arma, verificou que ela não estava no local em que a deixara, e presumiu que alguém teria ingressado no carro e a subtraído.

Diante desse contexto e à luz do Código Penal Militar, considerando que Rodolfo possuía autorização da autoridade superior para portar o armamento, assinale a opção que aponta o tipo penal em que, em tese, o policial militar estaria incurso.

- a) Concussão.
- b) Corrupção passiva.
- c) Peculato culposo.
- d) Prevaricação.
- e) Patrocínio indébito

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

46. Em relação aos sujeitos do processo penal militar, assinale a opção correta.

- a) Ao assistente de acusação não será permitido apresentar quesitos em perícia, salvo em se tratando de exame pericial requerido pelo Ministério Público.
- b) Por estar sujeito à disciplina judiciária, durante o processo criminal o acusado graduado perderá as prerrogativas do posto de graduação.
- c) O ofendido que for corréu no mesmo processo não poderá, em nenhum caso, intervir como assistente.
- d) Não poderá defender o acusado o cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau, do magistrado do membro do Ministério Público ou do escrivão.
- e) O assistente de acusação que for regularmente admitido nos autos antes da atuação de juiz ou membro do Ministério Público poderá ser excluído do feito na hipótese de gerar impedimento para o magistrado ou para o órgão acusatório.

47. O cumprimento da diligência de busca domiciliar, no âmbito do direito processual penal militar,

- a) nas casas habitadas, deve ser realizado com o menor incômodo possível aos moradores, inclusive com garantia, pelo executor, de reposição de documentos e objetos não apreendidos a seus locais de origem.
- b) exige o mandado de busca, que prescinde de motivação específica e identificação de objetivos quando vinculado a inquérito policial militar (IPM) já instaurado.
- c) é vedado, em qualquer hipótese, durante o período noturno.
- d) é vedado em hotel e habitação coletiva, que são compreendidos no termo “casa” para fins de proteção legal do domicílio.
- e) em caso de ausência de morador, deve ser realizado com imediato arrombamento ou rompimento de obstáculos pelo executor.

48. No que diz respeito ao instituto da “menagem”, assinale a alternativa incorreta.

- a) A menagem poderá ser concedida pelo juiz, nos crimes cujo máximo da pena privativa da liberdade não exceda a (6) seis anos, tendo-se, porém, em atenção a natureza do crime e os antecedentes do acusado
- b) A menagem tem dupla natureza jurídica. Tem efeitos de prisão provisória, porque o homenageado não pode retirar-se do lugar para o qual foi concedida, mas é um benefício, uma vez que não é cumprida com os rigores carcerários
- c) O Código de Processo Penal Militar veda a concessão de menagem ao reincidente
- d) A menagem cessa com a sentença condenatória, ainda que não tenha passado em julgado
- e) A menagem concedida em residência ou cidade não será levada em conta no cumprimento da pena

49. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna. Em relação à ação penal, dispõe o Código de Processo Penal Militar

- a) qualquer pessoa, no exercício do direito de representação, poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, dando-lhe informações sobre fato que constitua crime militar e sua autoria, e indicando-lhe os elementos de convicção
- b) a denúncia deve ser apresentada sempre que houver indícios de fato que, em tese, constitua crime
- c) a ação penal pública e a queixa crime do ofendido ou de seu representante legal, poderão ser promovidas por denúncia do Ministério Público Militar
- d) apresentada a denúncia, o Ministério Público poderá desistir da ação penal
- e) fica o Ministério Público vinculado ao relatório produzido pelo Inquérito Policial Militar, quando do oferecimento da denúncia

50. Em relação ao inquérito policial militar, assinale a alternativa ERRADA:

- a) A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.
- b) O arquivamento do inquérito não obsta a instauração de outro. Se novas provas aparecerem em relação ao fato, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção de punibilidade.
- c) O Ministério Público poderá requerer o arquivamento dos autos se entender inadequada a instauração do inquérito.
- d) Os autos de inquérito não poderão ser devolvidos a autoridade policial militar, a não ser mediante requisição do Ministério Público para diligências por ele consideradas imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- e) O inquérito é indispensável para o oferecimento da denúncia.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

51. Em busca de proteger os direitos das pessoas do sexo feminino, vítimas de violência física e psicológica no âmbito afetivo, doméstico e familiar, o legislador editou a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que trouxe uma série de peculiaridades ao procedimento aplicável aos crimes praticados em tal contexto. Sobre as previsões da lei acima mencionada, é correto afirmar que:

- a) o crime de ameaça, apesar de previsto no Código Penal como de ação penal pública condicionada à representação, quando praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independe da vontade da vítima para responsabilização do autor do fato;
- b) o crime de lesão corporal simples praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, por ter pena privativa de liberdade mínima inferior a 01 (um) ano, admite proposta de suspensão condicional do processo;
- c) a retratação ao direito de representação, quando cabível, nos crimes praticados no contexto da Lei nº 11.340/06, terá de ocorrer em audiência especial, na presença do magistrado, ouvido o Ministério Público, antes do recebimento da denúncia;
- d) a pena privativa de liberdade aplicada no caso de condenação por crime de lesão corporal simples, praticado no contexto da Lei nº 11.340/06, poderá ser substituída por restritiva de direitos;
- e) os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena aplicada, não admitem suspensão condicional da pena.

52. Referente à Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- b) Os crimes previstos nessa Lei são de ação penal pública incondicionada.
- c) São possíveis efeitos da condenação, dentre outros, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública, pelo período de um a oito anos.
- d) A perda do cargo, do mandato ou da função pública, como efeito da condenação, está condicionada à ocorrência de reincidência em crime de abuso de autoridade e não é automática, devendo ser declarada motivadamente na sentença.
- e) Entre as possíveis penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade, está a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de um a seis meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.

53. Sobre o certificado de Registro de Arma de Fogo, nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), é correto afirmar que

- a) tem validade apenas no território da comarca em que foi requerido, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou pela empresa.
- b) tem validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou da empresa.
- c) tem validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no interior de residência ou domicílio de terceiros, desde que expressamente autorizado pelo proprietário do imóvel.
- d) tem validade em todo o território do Estado da Federação em que foi expedido, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.
- e) tem validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, desde que autorizado por seu superior hierárquico.

54. No que concerne à Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), assinale a alternativa correta.

- a) Prescrevem em dois anos a imposição e a execução das penas no tocante ao crime de porte de drogas para consumo pessoal.
- b) A pena de prestação de serviços à comunidade, no caso de porte de drogas para consumo pessoal, será aplicada pelo prazo máximo de seis meses.
- c) Em caso de reincidência no crime de porte de drogas para consumo pessoal, a pena de prestação de serviços à comunidade poderá ser aplicada pelo prazo máximo de um ano.
- d) A internação involuntária, nos casos de tratamento do usuário de drogas, perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de cento e vinte dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.
- e) O inquérito policial será concluído no prazo de trinta dias, se o indiciado estiver preso, e de sessenta dias, quando solto.

55. É crime de perigo concreto previsto no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9503/1997):

- a) Homicídio culposo (art. 302 DO CTB)
- b) Embriaguez ao volante (art. 306 do CTB)
- c) Lesão corporal culposa (art. 303 do CTB)
- d) Dirigir sem habilitação ou permissão (art.309 do CTB)
- e) Omissão de socorro (art. 304 do CTB)

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Fábio Ramos

56. De acordo com o Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Pará. A pena disciplinar de detenção ou prisão não pode ultrapassar:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias .
- c) 15 dias .
- d) 30 dias .
- e) 45 dias.

57. É considerado desaparecido o policial-militar da ativa que, no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em operações policiais-militares ou em caso de calamidade pública, tiver paradeiro ignorado por mais de:

- a) 24 horas;
- b) 6 dias ;
- c) 8 dias;
- d) 10 dias;
- e) 36 horas.

58. Considerando a hierarquia nas Polícias Militares, faz parte da carreira de oficial de polícia, exceto:

- a) Major
- b) Capitão
- c) 1º Tenente
- d) 2º Tenente
- e) 3º Tenente

DIREITOS HUMANOS*Lilian Novakoski*

59. A respeito dos marcos históricos, julgue as assertivas:

I- Os direitos humanos estão dispostos em um rol taxativo, que foi internalizado pelo ordenamento jurídico brasileiro com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

II- Apesar de não se tratar de uma classificação rígida, há uma tendência histórica de atribuir a denominação direitos humanos aos direitos essenciais dos indivíduos, previstos no direito internacional, e a denominação direitos fundamentais àqueles previstos pelo direito constitucional dos Estados.

III- O fim da segunda guerra mundial marca a Internacionalização dos Direitos Humanos, que pode ser concebida como a atribuição desse plexo de direitos a todos os seres humanos, não importando nenhum outro fator adicional.

IV- A Constituição de 1988 foi um marco de abertura dos direitos humanos constitucional brasileiro aos direitos humanos.

Estão corretas:

- a) I e II
- b) II, III e IV
- c) I e IV
- d) III e IV
- e) Todas estão corretas

60. A respeito da responsabilidade internacional do Estado e da proteção aos direitos humanos no âmbito da Constituição, assinale a opção correta.

- a) Apenas por atos de seus agentes o Estado pode ser responsabilizado por violação de direitos humanos.
- b) Os atos de órgãos do Estado contrários ao direito internacional implicam responsabilidade internacional, mesmo se forem baseados no seu direito interno.
- c) A Constituição veda em qualquer hipótese aplicação de pena de morte ou de caráter perpétuo.
- d) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sem exceções, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade,
- e) Para a configuração da responsabilidade do Estado por atos praticados por particulares, é irrelevante a obrigação estatal em relação ao direito internacional.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
